

JUSTIÇA. Inventariante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Inventariante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Inventariante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Inventariante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA (Espólio). Inventariante: SEGREDO DE JUSTIÇA. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA (Espólio). Devedor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Amadeu Gomes de Barros Leal Filho (OAB: 2295/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Marco Aurelio Montenegro Goncalves (OAB: 3549/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - Resolvido o regimental (pág. 1321), interpõe agora o ente público embargos de declaração (págs. 1323/1328). Autue-se, como devido, certificando-se a tempestividade. Sobre os sucumbenciais, acolho os argumentos lançados na petição de págs. 1317/1319, por expressarem compreensão que se alinha ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 453, STJ). Mantido, nesse ponto, o expurgo da verba requisitada a esse título. Até que julgados os declaratórios, cumpra-se o comando de pagamento da parcela incontroversa do crédito inserido às págs. 1278/1279 e 1314, e a partir do valor tido por devido pelo ente público (págs. 1232/1266). Antes, promova-se nova atualização e cálculo das retenções legais sobre essa parcela, intimando-se as partes por 05 (cinco) dias. Sem irresignação, promova-se a transferência dos valores incontroversos a prol dos respectivos espólios, mediante disponibilização do numerário, após retenções legais (IR e contribuição previdenciária), em conta própria, aberta em favor dos juízos sucessórios informados à pág. 1321. Cientifiquem-se, ato contínuo, referidos juízos para que demandem o necessário, na forma da lei, aos sucessores, inclusive quitação do imposto devido (art. 1026, CPC). Não impedirá o pagamento acima determinado a não habilitação prévia dos espólios como sucessores processuais dos extintos, podendo o juízo da execução habilitá-los posteriormente, tão logo cientificado da sua existência. Intimem-se. Fortaleza, 10 de agosto de 2015. Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Total de feitos: 1

Assessoria de Precatórios

DESPACHO DE RELATORES

0118950-29.2000.8.06.0000 - Precatório. Credora: SEGREDO DE JUSTIÇA. Devedor: SEGREDO DE JUSTIÇA. Advogado: Jose Vanderley de Aguiar (OAB: 5707/CE). Advogado: Antonio Sobral Neto (OAB: 7130/CE). Advogada: Tania Maria Carneiro Silva (OAB: 6466/CE). Proc. Estado: Marco Aurelio Montenegro Goncalves (OAB: 3549/CE). Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: Paulo Gustavo Bastos de Souza (OAB: 18715/CE). Proc. Estado: Joao Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - As providências solicitadas à pág. 214, peça na qual também reconhecida a inexistência de processo de inventário, deverão ser requeridas, à exceção do requerimento inserido junto a seu item "3", perante o juízo da execução, para os devidos fins. No mais, tenho por insubsistente, e incapaz de orientar regular pagamento nestes autos, o "acordo" firmado conforme termo de págs. 97/98. Assim entendo à vista do teor das informações prestadas à pág. 208, confortadas, de sua vez, pelos registros realizados nos autos. Conforme exame do feito, possível verificar que o projeto de avença ali contido foi firmado por pessoa que, até o momento, demonstrou não ter qualquer poder de representação do espólio credor, logo sem legitimidade para, em nome daquele, transacionar. A propósito, de se anotar que não se colheu, até o presente momento, qualquer providência efetiva por parte dos interessados no sentido de demonstrar referida legitimidade do subscritor da avença (que sequer alegou, na ocasião, deter condição de sucessor único), ou mesmo excepcionalmente de ratificá-la, não obstante o grande lapso de tempo verificado. Sendo assim, incapaz o acordo de págs. 97/98 de autorizar regular pagamento por parte desta Presidência, razão pela qual o desconsidero para tal fim, assim procedendo, inclusive, na esteira da responsabilidade prevista no art. 100, § 7º, da Constituição Federal, norma que também recomenda o indeferimento do requerido no item "3" do pedido de pág. 214. Intimem-se. Autos ao Serviço de Cálculos, portanto, para os devidos fins, inclusive adequada atualização do crédito. Com a planilha nos autos, providencie-se o complemento à reserva de valores já realizada (pág. 195), em sendo o caso, em conta à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça até determinação em contrário, intimando-se, em paralelo, os interessados, para os devidos fins. Cópia da presente decisão deverá ser enviada, como ofício, ao juízo da execução, para os devidos fins. Fortaleza, 31 de julho de 2015. Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Presidente do Tribunal de Justiça.

Total de feitos: 1

## EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

### EDITAL Nº 113/2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições dos artigos 22, V, e 68 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará,

RESOLVE convocar sessão extraordinária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça para o dia 27 de agosto de 2015, com início às 14 (quatorze) horas, para apreciação da proposta orçamentária do Poder Judiciário estadual para o exercício de 2016 e de outros assuntos de interesse deste Poder, que será realizada no antigo auditório do Tribunal Pleno, localizado no 2º andar.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 24 de agosto de 2015.

*Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale*

PRESIDENTE DO TRIBUNAL

### EDITAL Nº 112/2015

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as disposições do art. 11 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a recente nomeação para o cargo de Desembargador do Dr. Heráclito Vieira de Sousa Neto, Juiz de Direito da 1ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza,

RESOLVE convocar sessão plenária para o dia 27 de agosto de 2015, a teor do art. 21, I, do Regimento Interno do Tribunal

de Justiça, com início às 16 (dezesseis) horas, para a solenidade de posse no cargo de Desembargador do Dr. Heráclito Vieira de Sousa Neto, Juiz de Direito da 1ª Unidade dos JECs da Comarca de Fortaleza, na vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Clécio Aguiar de Magalhães, com prejuízo da realização da sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 24 de agosto de 2015.

*Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale*  
PRESIDENTE DO TRIBUNAL

#### EXTRATO DO OITAVO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2011

CONTRATANTE:Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;CONTRATADA:Softplan Planejamento e Sistemas Ltda;OBJETO: prorrogar, por 12 (doze) meses, a partir de 08.08.2015 até 07.08.2016, o contrato cujo objeto refere-se aos serviços de suporte técnico local, suporte técnico remoto, garantia de evolução tecnológica continuada, protocolação eletrônica, monitoria de ambiente e serviços sob demanda para atender à solução de virtualização judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará; DO REAJUSTE: fica reajustado o valor mensal do contrato em, aproximadamente, 6,9639%, referente à variação dos últimos 12 (doze) meses do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (agosto/2014 a julho/2015), de acordo com a Cláusula Sétima do contrato, passando o valor mensal dos serviços de R\$ 1.091.646,55 (hum milhão, noventa e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para R\$ 1.167.666,40 (hum milhão, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:art. 57, inciso II, c/c o art. 65, inciso II, "d", da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; DATA DA ASSINATURA:07 de agosto de 2015;SIGNATÁRIOS: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Dr. Pedro Henrique Gênova de Castro, Dr. Luciano Comin Nunes e o Sr. Ilson Aparecido Stábile.

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

CONTRATANTE:Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; CONTRATADA:SOLUTI Soluções em Negócios Inteligentes Ltda.;OBJETO: Registro de preços visando o futuro e eventual fornecimento de Certificados digitais para servidores (computadores) SSL, Certificados digitais do tipo A3 para pessoa Física e Jurídica com mídia de armazenamento e emissão e validação presencial, para uso por parte de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE);MODALIDADE DE LICITAÇÃO:Pregão Eletrônico nº 13/2015;FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Resolução nº 02, de 06 de março de 2015, do Tribunal de Justiça do Ceará;VIGÊNCIA:de 19 de agosto de 2015 a 19 de agosto de 2016;DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2015;SIGNATÁRIOS:Dr. Pedro Henrique Gênova de Castro, Dr. Luciano Comin Nunes e o Sr. Vinícius Vieira de Sousa.

Quantidade Material Preço/Unitário (R\$)

Item 1: Descrição Certificado tipo e-CPF A3; Unid. de Medida Und; Qtd: 2.500; Valor Unitário: R\$ 58,86; Valor Total: R\$ 147.150,00; Item 2: Descrição Certificado tipo e-CNPJ A3; Unid. de Medida Und; Qtd: 5; Valor Unitário: R\$ 50,00; Valor Total: R\$ 250,00; Item 3: Descrição SmartCard; Unid. de Medida Und; Qtd: 2.500; Valor Unitário: R\$ 35,00; Valor Total: R\$ 87.500,00; Item 4:Descrição Certificado SSL EV; Unid. de Medida Und; Qtd: 10; Valor Unitário: R\$ 1.500,00; Valor Total: R\$ 15.000,00; Item 5:Descrição Validação Presencial; Unid. de Medida Und; Qtd: 200; Valor Unitário: R\$ 200,00; Valor Total: R\$ 40.000,00; VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO: R\$ 289.900,00.

EMPRESAS CLASSIFICADAS DO LOTE ÚNICO

- 1ª colocada - SOLUTI SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES LTDA. (R\$ 289.900,00);
- 2ª colocada SERASA SA (R\$ 299.950,00);
- 3ª colocada SIC CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA ME (R\$ 309.000,00);
- 4ª colocada CERTISGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. (R\$ 344.300,00).

#### EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 04/2015

CONVENIENTES:Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Município de Fortaleza, com a interveniência da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Pública-SCSP e a Universidade de Fortaleza; OBJETIVO: mobilização das partes quanto à discussão, pesquisa, desenvolvimento e gestão de ações e projetos integrados de requalificação de áreas degradadas e limpeza urbana, ora denominado ECOPOLO DO DENDÊ, através de um Conselho Gestor para o projeto, o qual prevê a criação de eco ponto e ponto de apoio de rejeitos, incentivo para a prática da logística reversa na comunidade, central de reciclagem, cinturão verde de cultura orgânica, academia popular e treinamento e capacitação da comunidade;DATA DA ASSINATURA:12 de agosto de 2015;VIGÊNCIA: por prazo indeterminado, contado a partir da data de sua publicação;SIGNATÁRIOS:Desa. Maria Iracema Martins do Vale, Dr. João de Aguiar Pupo e a Dra. Fátima Maria Fernandes Veras.

## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

### ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES